

Sumário

Prefácio	XVII
Apresentação.....	XXI
Introdução.....	1
1 Pobreza: marco conceitual e expressões de sua criminalização	9
1.1 Pobreza: uma aproximação conceitual	9
1.1.1 O tema pobreza no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU	17
1.1.2 O Sistema Interamericano de Direitos Humanos – SIDH: previsão e combate à pobreza	23
1.1.3 A pobreza brasileira	30
1.2 Criminalização da pobreza: conceito e espécies	35
1.2.1 Criminalização primária da pobreza	40
1.2.2 Criminalização secundária.....	47
1.3 Manifestações da criminalização da pobreza no mundo atual	63
1.4 O papel dos mass media na criminalização da pobreza	73
1.5 Criminalização da pobreza e incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito	84
2 Seletividade penal e suas manifestações no Brasil	107
2.1 Seletividade penal	107
2.2 A seletividade penal na história brasileira.....	118
2.2.1 O período colonial	119
2.2.2 O período imperial	123
2.2.3 O período republicano	129
2.3 O cárcere como instituição destinada aos mais pobres	145
2.4 Execuções extrajudiciais e tortura	168
2.4.1 Execuções extrajudiciais	169
2.4.2 Tortura.....	181
3 Defensoria Pública: funções fundamentais	195
3.1 A Defensoria Pública brasileira	195
3.1.1 A Defensoria Pública ontem e hoje	196

3.1.2 A Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988 (CF/88): instituição promotora do acesso à justiça e dos direitos fundamentais das pessoas em situação de vulnerabilidade.....	208
3.1.3 A Lei Orgânica da Defensoria Pública – LOND P	220
3.2 Atuação internacional da Defensoria Pública: a Defensoria Pública da União – DPU e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos – SIDH	226
3.2.1 O SIDH: estrutura e funcionamento	226
3.2.2 A atuação interamericana da Defensoria Pública: DPU e Associação Interamericana de Defensores Públicos – AIDEF	233
4 A atuação da Defensoria Pública na resistência à criminalização da pobreza e à seletividade penal	245
4.1 A atuação judicial clássica: a Defensoria Pública como instância de proteção e defesa dos vulneráveis na esfera penal	248
4.2 A educação em direitos como instrumento de empoderamento dos vulneráveis	265
4.3 A atuação transindividual.....	276
4.4 A relevância da atuação extrajudicial	295
4.5 Defensoria Pública como porta de acesso aos sistemas internacionais de direitos humanos	309
Conclusão	319
Referências Bibliográficas.....	329